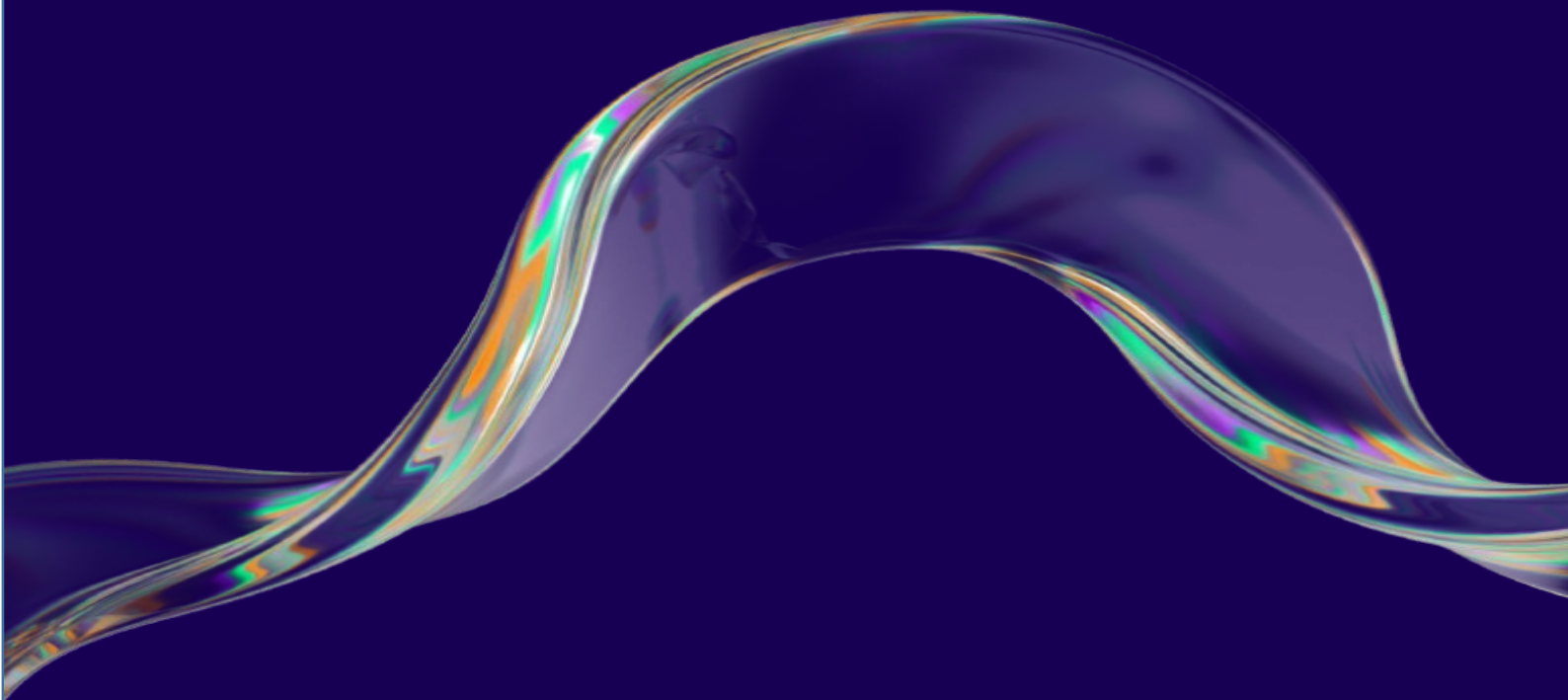


Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.



**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2025 e relatório
dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as notas explicativa nº 5 e 18 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	10
5	Receita.....	11
6	Custos e despesas.....	12
7	Resultado financeiro líquido	12
8	Caixa e equivalentes de caixa	12
9	Aplicaões Financeiras.....	13
10	Fundo de liquidez – conta reserva	13
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	14
12	Contas a receber de clientes	14
13	Imobilizado	15
14	Financiamentos	17
15	Fornecedores.....	18
16	Provisões para litígios.....	19
17	Obrigaões com desmobilização de ativos.....	19
18	Partes relacionadas	20
19	Imposto de renda e contribuição social	21
20	Patrimônio líquido.....	21
21	Instrumentos financeiros e gestão de risco	22

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	20.537	20.212
Custo com energia elétrica	6	(6.190)	(1.704)
Custo com operação	6	(13.085)	(11.121)
Lucro bruto		1.262	7.387
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(1.424)	(1.776)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	57	-
		(1.367)	(1.776)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(105)	5.611
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		2.331	4.242
Despesas financeiras		(16.655)	(19.609)
		(14.324)	(15.367)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.429)	(9.756)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	19	(1.514)	(2.064)
Prejuízo do exercício		(15.943)	(11.820)

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(15.943)	(11.820)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(15.943)	(11.820)

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.429)	(9.756)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		15.231	11.925
Depreciação e amortização	6	10.634	9.724
Apropriação de custos de captações	7	96	96
Rendimentos sobre fundo de reserva		(576)	(287)
Juros sobre mútuo - Partes Relacionadas	18	800	7.238
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	372	350
		<u>12.128</u>	<u>19.290</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(442)	(1.663)
Tributos a recuperar		95	641
Partes relacionadas		(46)	747
Demais créditos e outros ativos		792	(548)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		1.634	410
Tributos a recolher		(1.043)	(1.045)
Partes relacionadas		(17.957)	(1.291)
Demais obrigações e outros passivos		(369)	1.578
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		(5.208)	18.119
Juros pagos sobre financiamentos	14 (c)	(6.806)	(4.336)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(369)	(1.142)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(12.383)	12.641
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(1.703)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		73	(3.840)
Aquisição de imobilizado e intangível		(5.104)	(10.516)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(6.734)	(14.356)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de mútuo		-	(103.564)
Captação de recursos	14 (c)	6.765	88.108
Liquidação de financiamentos	14 (c)	(9.784)	(5.633)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(3.019)	(21.089)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(22.136)	(22.804)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27.177	49.981
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.041	27.177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.041	27.177
Aplicações financeiras		1.760	-
Contas a receber de clientes	12	2.507	2.065
Tributos a recuperar		2	97
Partes relacionadas	16	910	864
Outros ativos		220	1.012
		<u>10.440</u>	<u>31.215</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	4.630	4.127
		<u>4.630</u>	<u>4.127</u>
Imobilizado			
Intangível	13	223.973	233.273
		216	201
		<u>224.189</u>	<u>233.474</u>
Total do ativo		<u>239.259</u>	<u>268.816</u>
	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	14	10.268	9.442
Fornecedores	15	4.108	6.177
Tributos a recolher		343	246
Partes relacionadas	18	5.184	4.520
Outros passivos		1.474	1.843
		<u>21.377</u>	<u>22.228</u>
Não circulante			
Financiamentos	14	178.627	173.894
Tributos a recolher		1.699	1.694
Partes relacionadas	18	-	17.821
Obrigações com desmobilização de ativos	17	4.144	3.824
		<u>184.470</u>	<u>197.233</u>
Total do passivo		<u>205.847</u>	<u>219.461</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20	71.452	71.452
Prejuízos acumulados		(38.040)	(22.097)
Total do patrimônio líquido		<u>33.412</u>	<u>49.355</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>239.259</u>	<u>268.816</u>

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2024	71.452	(10.277)	61.175
Prejuízo do exercício	-	(11.820)	(11.820)
Total do resultado abrangente do exercício	-	(11.820)	(11.820)
Em 31 de dezembro de 2024	71.452	(22.097)	49.355
Em 1 de janeiro de 2025	71.452	(22.097)	49.355
Prejuízo do exercício	-	(15.943)	(15.943)
Total do resultado abrangente do exercício	-	(15.943)	(15.943)
Em 31 de dezembro de 2025	71.452	(38.040)	33.412

1 Considerações gerais

A Sol do Piauí Geração de Energia Ltda ("Empresa"), é sociedade limitada, com sede na cidade de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, que foi constituída em 05 de novembro de 2019. Tem como objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de energia elétrica por fonte solar e comercializar a energia elétrica proveniente da usina e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade. A Empresa é produtora independente de energia elétrica, no estado Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de fevereiro de 2021.

A Empresa é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Empresa possui outorga de geração de energia, na cidade de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, através da Resolução Autorizativa nº 9.995/2021. Possui capacidade instalada de 48,118 MW e compõe o complexo eólico Sol do Piauí.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Empresa na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Empresa continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)), (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 28 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo em 2025, no montante de R\$ 10.937 (R\$ 8.987 positivo em 31 de dezembro de 2024).

Para honrar esses compromissos, a Administração complementarará os recursos do ativo circulante com outras fontes de liquidez, como dividendos e recursos oriundos de subsidiárias, aportes dos controladores, além de ter amplo acesso ao mercado de capitais. A Administração entende que tais fontes, aliadas à capacidade recorrente de geração de caixa, asseguram a continuidade operacional no curso normal dos negócios.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Empresa

A Empresa e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa. A Empresa está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Empresa tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Imobilizado
14	Provisão para litígios
17	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Empresa segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Empresa (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Empresa são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	18	21.412	20.825
Energia de curto prazo – CCEE		367	169
		<u>21.779</u>	<u>20.994</u>
		<u>21.779</u>	<u>20.994</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(795)	(766)
ICMS sobre receitas operacionais		-	(16)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(447)	-
		<u>(1.242)</u>	<u>(782)</u>
Receita líquida		<u>20.537</u>	<u>20.212</u>

6 Custos e despesas

					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(6.112)	-	-	-	(6.112)	(1.659)
Encargos de uso da rede elétrica	(78)	-	-	-	(78)	(45)
Depreciação e amortização	-	(10.634)	-	-	(10.634)	(9.724)
Pessoal	-	(26)	(796)	-	(822)	(249)
Pessoal	-	(26)	(796)	-	(822)	(249)
Materiais	-	(39)	-	-	(39)	(72)
Materiais	-	(39)	-	-	(39)	(72)
Serviços	-	(1.743)	(233)	-	(1.976)	(2.060)
Serviços de terceiros	-	(1.546)	(233)	-	(1.779)	(1.633)
Serviços de manutenção e conservação	-	(197)	-	-	(197)	(427)
Outros	-	(643)	(395)	-	(1.038)	(792)
Aluguéis e arrendamentos	-	(437)	-	-	(437)	(306)
Seguros	-	-	(388)	-	(388)	(397)
Impostos, taxas e contribuições	-	(206)	(7)	-	(213)	(100)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	-	-	-	11
Demais (despesas) receitas	-	-	-	57	57	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	57	57	-
	(6.190)	(13.085)	(1.424)	57	(20.642)	(14.601)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		2.331	4.165
Juros sobre ativos financeiros		-	77
		2.331	4.242
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	14 (c)	(6.841)	(5.290)
Atualização monetária sobre financiamentos	14 (c)	(8.447)	(6.635)
Apropriação dos custos de captações	14 (c)	(96)	(96)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	17 (a)	(372)	(350)
Juros sobre mútuo - Partes Relacionadas	18	(800)	(7.238)
Outras despesas financeiras		(99)	-
		(16.655)	(19.609)
		(14.324)	(15.367)

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,72% do CDI (99,46% em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	72	66
	<u>72</u>	<u>66</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	4.928	26.215
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	41	896
	<u>4.969</u>	<u>27.111</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5.041</u>	<u>27.177</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração de 99,67% do CDI.

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	686	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	1.074	-
	<u>1.760</u>	<u>-</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração entre 99,72% do CDI (91,84% em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva		
Não circulante	4.630	4.127
	<u>4.630</u>	<u>4.127</u>

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Rating local	
	2025	2024
AAA	11.431	31.304
	11.431	31.304

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes**Política contábil**

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Empresa. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Empresa analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Empresa, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 18)	2.392	1.910
Energia de curto prazo - CCEE	115	155
	2.507	2.065

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	1.496	-
Vencidos até 3 meses	1.011	1.910
Vencidos acima de 6 meses	-	155
	2.507	2.065

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Empresa são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Empresa reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide nota 16 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Empresa para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício							
Custo	238.617	375	3.474	201	324	242.991	226.989
Depreciação acumulada	(9.578)	(11)	(126)	(3)	-	(9.718)	-
Saldo líquido no início do exercício	229.039	364	3.348	198	324	233.273	226.989
Adições (i) e (ii)	-	-	-	-	1.401	1.401	16.209
Depreciação	(10.448)	(13)	(126)	(33)	-	(10.620)	(9.718)
Remensurações (iii) Nota 17	-	-	(52)	-	-	(52)	-
Transferências (iv)	33	-	-	724	(786)	(29)	(207)
Saldo no final do exercício	218.624	351	3.170	889	939	223.973	233.273
Custo	238.650	375	3.422	925	939	244.311	242.991
Depreciação acumulada	(20.026)	(24)	(252)	(36)	-	(20.338)	(9.718)
Saldo líquido no final do exercício	218.624	351	3.170	889	939	223.973	233.273
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00%	3,00%	3,00%	6,00%			

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 5.104. A diferença no montante de R\$ 3.703 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 52 (Nota 16), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.
- (iv) O montante de (R\$ 29) corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à softwares.

14 Financiamentos**Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

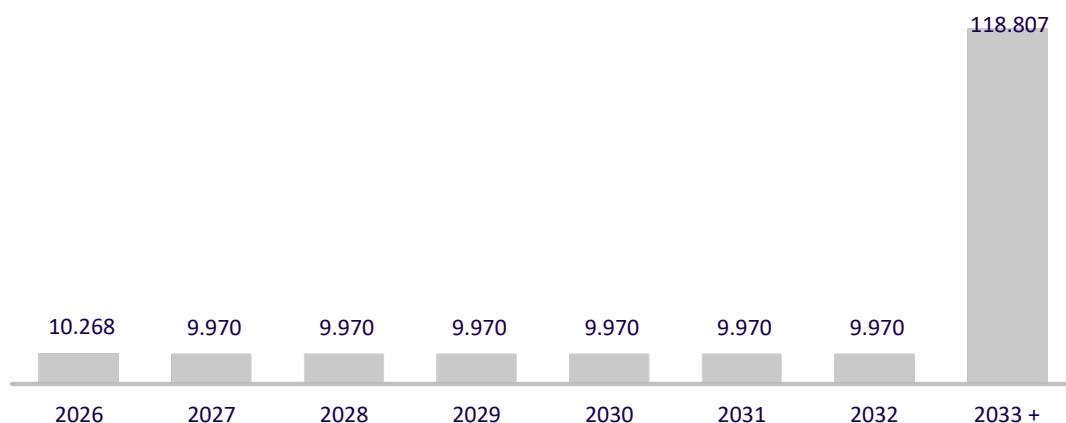
(a) Composição

2025										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDDES	IPCA+3,65%	10.066	(96)	298	10.268	180.346	(1.719)	178.627	188.895	146.332
		10.066	(96)	298	10.268	180.346	(1.719)	178.627	188.895	146.332

2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDDES	IPCA+3,65%	9.288	(96)	250	9.442	175.709	(1.815)	173.894	183.336	249.058
		9.288	(96)	250	9.442	175.709	(1.815)	173.894	183.336	249.058

BNDDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento - consolidado

O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	183.336	93.176
Captações	6.765	88.108
Provisões de juros (Nota 7)	6.841	5.290
Atualização monetária (Nota 7)	8.447	6.635
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	96	96
Juros pagos	(6.806)	(4.336)
Liquidações	(9.784)	(5.633)
Saldo no final do exercício	188.895	183.336

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e quotas; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos e debêntures da Empresa e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas.

15 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	4.101	6.108
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 18)	7	69
	4.108	6.177

16 Provisões para litígios**Política contábil**

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não possui processos de nenhuma natureza com prognóstico de perda possível.

17 Obrigações com desmobilização de ativos**Política contábil**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	47.505	(43.681)	3.824	3.447
Remensuração (Nota 13)	(30.309)	30.257	(52)	27
Ajuste a valor presente (Nota 7)	42	330	372	350
Saldo no final do exercício	17.238	(13.094)	4.144	3.824
Não circulante	17.238	(13.094)	4.144	3.824
	17.238	(13.094)	4.144	3.824

18 Partes relacionadas**Política contábil**

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Empresa possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Empresa não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Composição

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras		Resultado financeiro	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 12 (a))										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	407	-	-	-	644	-	-	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	1.985	1.910	-	-	20.768	20.825	-	-	-	-
	2.392	1.910	-	-	21.412	20.825	-	-	-	-
Outros recebíveis										
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	130	123	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	130	124	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	130	122	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	130	123	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	130	124	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	130	124	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	130	124	-	-	-	-	-	-	-	-
	910	864	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores - serviços										
Votorantim S.A.	-	-	7	69	-	-	(100)	(383)	-	-
	-	-	7	69	-	-	(100)	(383)	-	-
Mútuo										
Auren Energia S.A.	-	-	-	17.818	-	-	-	-	(800)	(7.238)
Repasse de custos partes relacionadas										
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	597	495	-	-	(135)	(169)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	257	185	-	-	(91)	(71)	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	3.832	3.345	-	-	(594)	(528)	-	-
Jaíba V Holding S.A.	-	-	498	498	-	-	-	-	-	-
	-	-	5.184	4.523	-	-	(820)	(768)	-	-
	3.302	2.774	5.191	22.410	21.412	20.825	(920)	(1.151)	(800)	(7.238)

19 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Empresa está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Empresa com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Empresa recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 1.514 (R\$ 2.064 em 31 de dezembro de 2024).

	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	21.779	21.779	2.431	2.431
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	1.742	2.613	2.431	2.431
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	10	30		
IRPJ e CSLL no resultado	422	265	608	219

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	20.994	20.994	4.240	4.240
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	1.680	2.519	4.240	4.240
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	396	227	1.059	382

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Empresa é de R\$ 71.452, composto por 71.452.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Empresa apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Empresa.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	(15.943)	(11.820)
	<u>(15.943)</u>	<u>(11.820)</u>
Reserva legal - 5%	-	-
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	<u>(15.943)</u>	<u>(11.820)</u>
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	-	-
(=) Saldo de lucros acumulados	<u>(15.943)</u>	<u>(11.820)</u>
(-) Retenção de lucros	<u>-</u>	<u>-</u>

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia realiza a destinação do resultado com 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são

retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 12)		2.507	2.065
Partes relacionadas (Nota 18)		910	864
		<u>3.417</u>	<u>2.929</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	4.969	27.111
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	1.760	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (Nota 10)	1	4.630	4.127
		<u>11.359</u>	<u>31.238</u>
		<u>14.776</u>	<u>34.167</u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (ii) (Nota 14)		188.895	183.336
Fornecedores (Nota 15)		4.108	6.177
Partes Relacionadas (Nota 18)		5.184	22.341
		<u>198.187</u>	<u>211.854</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 14 (a).

A Empresa divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

21.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Empresa, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Empresa no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às Empresas *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025						
Financiamentos (i)	16.701	34.035	33.977	206.502	-	291.215
Fornecedores	4.108	-	-	-	-	4.108
Partes relacionadas	5.184	-	-	-	-	5.184
	25.993	34.035	33.977	206.502	-	300.507
Em 31 de dezembro de 2024						
Financiamentos (i)	15.652	15.274	43.913	66.652	107.578	249.069
Fornecedores	6.177	-	-	-	-	6.177
Partes relacionadas	4.520	17.821	-	-	-	22.341
	26.349	33.095	43.913	66.652	107.578	277.587

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Empresa está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Empresa realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Empresa considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance das usinas solares

A Empresa possui em seus contratos de autorização de geração de energia solar, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques solares estão expostos a fatores climáticos, tais como variações na irradiação solar, nebulosidade, condições atmosféricas adversas e eventos extremos, além de riscos operacionais relacionados à disponibilidade dos equipamentos. Tais fatores podem resultar em oscilações na geração de energia, acarretando o risco de não atendimento aos montantes contratados e, conseqüentemente, impactar as receitas futuras da Empresa.

***Constrained-off* de usinas solares**

Os eventos de *constrained-off* de usinas solares, assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração, devido à limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas solares.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Empresa, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Empresa os quais são permanentemente monitorados.

21.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Impactos no resultado						
				Cenário I			Cenários II & III			
				Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	11.359	BRL mil	151bps*	(83)	(423)	(846)	423	846	
IPCA	Financiamentos (i)	190.710	BRL mil	54bps*	(210)	4.324	8.649	(4.324)	(8.649)	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* bps - basis point